

**RECLAMAÇÃO Nº 37.365 - PA (2019/0037905-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECLAMANTE** : **SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA**  
**RECLAMANTE** : **FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO PARA**  
**ADVOGADOS** : **FERNANDO DE MORAES VAZ - PA005773**  
: **PATRICIA GABRIELA RIBEIRO CABRAL SAFH - PA019014**  
: **RAISSA FERNANDES SENNA ALVES E OUTRO(S) - PA023445**  
**RECLAMADO** : **JUIZ DA 2A VARA DO TRABALHO DE BELÉM - PA**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de reclamação constitucional contra decisão monocrática proferida pela juíza da 2ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM – PA

Os reclamantes sustentam a incompetência da Justiça do Trabalho para processar e julgar causa relativa a assédio sexual sofrido por estagiária.

Por fim, requerem liminarmente (e-STJ fls. 26/27):

(...) cassação em definitivo da decisão com a transferência da causa para a Justiça Comum Estadual em decorrência da incompetência do juízo reclamado. Noutro giro, a tutela jurisdicional buscada implica garantir a autoridade de julgamento do Superior Tribunal de Justiça que, inclusive, a nosso sentir, se enquadra ou se subsume ao conceito de precedente jurisprudencial. Portanto, o pedido imediato absorve decisão de caráter mandamental exatamente para rechaçar a afronta praticada e que se nos revela consagrada pelo viés do desacato; em nível de pedido mediato envolve suprimir sobredito desacato cuja lógica cartesiana busca conferir eficácia à decisão preexistente. Por tudo, o bem da vida buscado encerra viver e conviver com a plenitude da segurança jurídica que é, entre outros, critério axiológico que alimenta a Ciência do Direito, repise-se.

No mérito, pleiteiam a procedência da reclamação (e-STJ fls. 3/27).

É o relatório.

Decido.

A Constituição Federal prevê, em seu art. 105, I, "f", as reclamações para o STJ. Confira-se:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

(...)

f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

(...)

Os reclamantes não indicaram acórdão do STJ que teria sido violado, não se podendo, por isso, imaginar que eventual divergência jurisprudencial entre o acórdão reclamado e um precedente ou súmula do STJ ou do STF configurasse afronta à autoridade das decisões desta Corte Superior.

Além disso, a insurgência em questão deve ser apresentada por meio do

instrumento processual adequado, lembrando-se que a reclamação não pode ser usada como sucedâneo de recurso. Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. SUCEDÂNEO DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Não cabe reclamação como sucedâneo de recurso a ser interposto perante a instância ordinária de decisão na fase de liquidação.
2. Hipótese em que a reclamante se insurge contra a forma como foi conduzida, pelo juízo de primeiro grau, a liquidação de sentença, abordando questões não decididas pelo STJ no acórdão reclamado.
3. Agravo regimental a que se nega provimento.  
(AgRg na Rcl n. 9.165/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/2/2013, DJe 4/3/2013.)

**RECLAMAÇÃO. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. NÃO CABIMENTO.**

1. A Reclamação é instrumento de matriz constitucional cuja função precípua é preservar a competência do Superior Tribunal de Justiça, bem como resguardar a autoridade de suas decisões. É nesse sentido o teor do art. 105, I, f da Constituição Federal, e do art. 187 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
2. Com base nos referidos dispositivos, a utilização da reclamação sob a alegação de contrariedade à interpretação à lei federal adotada pelo STJ é repelida pela jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual a reclamação presta-se somente a preservar a sua competência ou garantir a autoridade de seus julgados tomadas no próprio caso concreto, não sendo viável como sucedâneo recursal (v.g. AgRg na Rcl 3512 / DF, Segunda Seção, Rel. Ministro Sidnei Beneti, DJe 29/6/2009).
3. Na hipótese dos autos, verifica-se que o reclamante apenas apresenta sua inconformidade quantos aos atos praticados pelos reclamados que, no seu entender, divergiram da jurisprudência pacífica desta Corte, sem, contudo, indicar como teria ocorrido a usurpação de competência desta Corte, ou afronta a autoridade de sua decisão.
4. Reclamação não conhecida.  
(Rcl n. 2.837/RJ, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/5/2011, DJe 17/5/2011.)

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STJ OU DE DESCUMPRIMENTO DE SUAS DECISÕES. UTILIZAÇÃO INDEVIDA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. PRETENSÃO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL.**

1. A decisão que nega provimento a recurso de agravo de instrumento desafia a interposição de agravo regimental.
2. É incabível a utilização de reclamação como sucedâneo recursal. Precedentes: AgRg na Rcl 6.199/SP, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe 19/12/2011; Rcl 7.415/SP, Relator Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 23/3/2012; e AgRg na Rcl 5.751/DF, Relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 9/9/2011.
3. Agravo regimental não provido.  
(AgRg na Rcl n. 8.375/RJ, Relator Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 9/5/2012, DJe 15/5/2012.)

Em tais condições, não se encontram presentes os requisitos constitucionais para a propositura da reclamação.

Diante do exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, do RISTJ, NÃO CONHEÇO da presente reclamação, extinguindo o processo sem resolução de mérito.

Publique-se e intinem-se.

Brasília-DF, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator

